

Autor: Andreilino de Oliveira Campos

Orientador: Marcelo Lopes

Título: **O Planejamento Urbano e a “Invisibilidade” dos Afrodescendentes: Discriminação Étnico-Racial, Intervenção Estatal, Segregação Sócio-Espacial na Cidade do Rio de Janeiro**

Nº de Páginas: 392

Resumo:

O Estado, por meio das intervenções urbanas, promove, nas últimas três décadas do século XIX, intensa demolição das áreas ocupadas pelos grupos de pobres, sobretudo de escravos de ganhos, ex-escravos e migrantes, buscando a modernização do espaço urbano em várias cidades brasileiras. Porém, é na primeira década do século XX que essa modalidade de atuação deixa marcas sócio-espaciais em toda a sociedade: nas classes de maior poder aquisitivo, o sentido de recuperação de uma área intensamente degradada pelo uso dos mais pobres; para estes últimos, a intervenção urbana do início do século representou a *periferização*, ou seja, o *deslocamento compulsório* para as favelas localizadas nas proximidades da área central ou a ocupação de espaços abertos ao longo dos trilhos ferroviários, inaugurados desde a década de 1870.

Nas décadas seguintes do século XX, o Estado, por meio de políticas públicas de planejamento, reforça e mantém os valores segregacionistas por meio dos investimentos que valorizavam ainda mais as amenidades espaciais tão a gosto dos grupos de maior poder aquisitivo. Os planos Agache, Doxiadis, PUB-Rio, Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro (todos bancados pela administração municipal) e mais o PIT-Metrô (governo federal) contribuíram em larga medida para o deslocamento compulsório dos grupos de

Programa de Pós-Graduação em Geografia
Teses Defendidas - Doutorado

afrodescendentes da área central da cidade, reforçando ainda mais o sistema simbólico do racismo criado principalmente na vigência de valores higienistas.

A participação do Estado é fundamental no processo de promoção da segregação sócio-espacial no sistema urbano do país, que, por sua vez, contribuiu para a que os mais pobres urbanos, sobretudo os afrodescendentes, vissem agravar todos os tipos de preconceitos: das questões étnico-raciais à acessibilidade ao sistema educacional e ao mundo do trabalho, da ineficiência das políticas de saúde e educação à pouca atenção voltada para infra-estrutura básica que promovesse mais justiça social e maior qualidade de vida.

O “direito à cidade” para os afrodescendentes permitiria também a conquista de direitos básicos para todos os segmentos populacionais. Esse, portanto, seria um caminho seguro para o desenvolvimento sócio-espacial com fortes vínculos autonomistas.